Bolsas
Na terça-feira
0,52% São Paulo
0,3% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
166.191 — 171.336
5/11 6/11 9/11 10/11

Na terça-feira
R$ 5,586
(+ 1,46%)

Dólar

	Últimos
3/novembro	5,487
4/novembro	5,451
5/novembro	5,488
6/novembro	5,508
9/novembro	5,504

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na terça-feira
R$ 6,236

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Maio/2026	0,58
Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82



Brasil tem potencial para liderar mercado

Especialistas defendem política nacional para fortalecer cadeia produtiva e diminuir a dependência da importação de fitoterápicos

» RAFAELA BOMFIM
» MARIA BEATRIZ GIUSTI

O Brasil reúne condições para ocupar uma posição de destaque no mercado mundial de fitoterápicos, mas ainda não consegue transformar a diversidade de plantas medicinais e o conhecimento científico produzido no país em uma cadeia industrial consolidada. Enquanto o mercado internacional movimenta US$ 216,4 bilhões, a participação brasileira permanece pequena, e a dependência de produtos e matérias-primas importados evidencia a distância entre o potencial da biodiversidade nacional e sua exploração econômica. A falta de investimentos, a dificuldade de levar pesquisas ao mercado, a formação insuficiente de profissionais de saúde e a baixa participação do poder público estão entre os obstáculos apontados por especialistas.

O cenário foi discutido, ontem, no debate "Desafios dos fitoterápicos no Brasil", promovido pelo **Correio Braziliense**, com apoio do Instituto Escolhas e da TV Brasília. A mediação foi da jornalista Sibele Negromonte.

Os convidados defenderam que o país precisa articular pesquisa, produção agrícola, indústria, formação profissional e políticas públicas para ampliar a oferta desses medicamentos.

Dependência externa

A expectativa é de que o mercado global de fitoterápicos salte dos US$ 216,4 bilhões registrados em 2023 para US$ 437 bilhões até 2032. Apesar da biodiversidade e da estrutura científica brasileira, o país registrou faturamento de US$ 173 milhões em 2023, segundo registros da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o equivalente a apenas 0,1% do mercado mundial. O Brasil também aparece como importador líquido nos diferentes elos da cadeia produtiva, situação que, segundo os participantes, demonstra a dificuldade de converter recursos naturais em produtos de maior valor agregado.

Os dados fazem parte de um estudo elaborado pelo Instituto Escolhas em parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein, por meio do Eretz bio. O levantamento analisa a estrutura do setor e identifica entraves que vão desde a pesquisa e o desenvolvimento até a fabricação e a distribuição dos medicamentos. Entre os problemas está a dificuldade de fazer com que descobertas realizadas em universidades avancem para etapas de testes clínicos, validação sanitária pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e exploração comercial.

O estudo mostra que o país possui produção científica e capacidade de desenvolver tecnologias, mas ainda não dispõe de uma estrutura capaz de conectar todas as etapas. Desde 1964, foram registradas 1.111 patentes brasileiras relacionadas ao tema, número superior às 975 patentes contabilizadas pela Alemanha. O resultado contrasta com a participação reduzida do Brasil no mercado internacional e indica que o conhecimento produzido não tem se convertido, na mesma proporção, em medicamentos disponíveis à população.

Para Sérgio Leitão, o país precisa superar a distância entre a riqueza natural e a capacidade de industrialização. Ele destacou que espécies vegetais brasileiras podem ser pesquisadas e transformadas em produtos de maior valor agregado, mas parte desse processo acaba ocorrendo no exterior. "Está muito errado o fato do Brasil ser essa potência verde, mas, na hora da aplicação industrial, a gente se comporta como um país totalmente subdesenvolvido", afirmou.

Na avaliação do diretor-executivo do Instituto Escolhas, o desenvolvimento do setor exige uma estratégia que envolva diferentes áreas do governo e estabeleça condições para que a pesquisa chegue à indústria. Isso inclui financiamento, incentivo à inovação, formação de profissionais e criação de demanda. Sem essa articulação, o país corre o risco de continuar exportando ou fornecendo matéria-prima e importando produtos industrializados a partir de espécies que também existem em seu território.

Daniel César Nunes Cardoso, coordenador de Patrimônio Genético do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), chamou atenção para a necessidade de olhar para toda a cadeia, desde o cultivo até a fabricação. Ele disse que a disponibilidade de plantas não garante, por si só, a competitividade do setor. É necessário estabelecer padrões de produção, identificar as substâncias de interesse e assegurar que os insumos cheguem à indústria. "O Brasil tem um problema com relação às plantas medicinais. O Brasil tem preconceito com as plantas medicinais de forma geral, porque a gente tem essa dificuldade de verificar a efetividade", afirmou. Para ele, o país precisa ampliar o conhecimento sobre as espécies e desenvolver mecanismos de avaliação que deem segurança.

Mercado promissor

Panorama no mundo e no Brasil

Dado Global
US$ 216,4 bilhões (2023)

Projeção para 2032
US$ 437 bilhões

No Brasil
R$ 850 milhões (US$ 170 milhões)
— aproximadamente 0,1% do mercado global (2023)

Projeção para 2035
R$ 10 bilhões (US$ 2 bilhões)



Pedro Paulo Cardoso/CB/D.A Press



Leitão: país precisa reduzir a distância entre natureza e indústria

Compras públicas

A participação do Estado foi apontada como uma das condições para criar um mercado capaz de sustentar a produção nacional. O estudo do Instituto Escolhas defende que o SUS e o Programa Farmácia Popular sejam utilizados como instrumentos para ampliar a demanda por fitoterápicos industrializados e registrados na Anvisa. A compra pública, nesse contexto, pode oferecer previsibilidade à indústria e estimular investimentos em pesquisa e fabricação.

Em 2024, foram registrados 48.537 atendimentos médicos com uso de fitoterápicos no Sistema Único de Saúde. O número é considerado baixo pelos participantes diante da dimensão da rede pública e das possibilidades de utilização desses medicamentos. No mesmo período, o levantamento registou 895.928 doses de insulina dispensadas, dado que ajuda a dimensionar a diferença de presença entre os produtos na assistência farmacêutica.

O financiamento também é um obstáculo. Entre 2012 e 2025, o orçamento federal destinado a plantas medicinais e fitoterápicos somou R$ 186,18 milhões. Em 2024, dos R$ 46,1 milhões autorizados, apenas R$ 9,09 milhões foram efetivamente pagos. O valor representou 0,07% dos recursos da Assistência Farmacêutica do SUS.

Sérgio Leitão defendeu que a ampliação das compras governamentais seja acompanhada de medidas para preparar os profissionais responsáveis pela prescrição. Na avaliação dele, a presença dos produtos na rede pública depende tanto da capacidade de produção quanto do conhecimento dos médicos sobre as possibilidades terapêuticas.

"Esse poder da medicina, o poder prescritivo de estimular a demanda, em que o paciente vai ao médico, o médico prescreve o fitoterápico e chega ao balcão da farmácia, estimula o mercado. Por isso, os médicos brasileiros precisam estudar", afirmou.

O diretor-executivo ressaltou que o estímulo à demanda deve caminhar junto com a reorganização da pesquisa e da produção. Para ele, não basta investir em universidades ou ampliar a fabricação se não houver um sistema de compras capaz de absorver os medicamentos. Também defendeu a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento da cadeia produtiva.

"Caso contrário, de nada adiantará tudo o que precisamos dinamizar e movimentar, como mexer com os currículos das universidades públicas e federais no Brasil, ter as compras públicas sendo indutoras da produção de medicamentos fitoterápicos e ter o BNDES como um agente econômico importante dessa cadeia", disse.

O estudo propõe que o Ministério da Saúde centralize a compra de medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) e distribua os produtos a estados e municípios. Outra recomendação é incluir fitoterápicos registrados na Anvisa no Farmácia Popular, ampliando os canais de acesso da população.

Pedro Paulo Cardoso/CB/D.A Press



Mineiro: Brasil pode vir a ocupar uma posição pioneira no mundo

Política nacional e meta para 2035

Autor de um projeto que propõe a criação de uma Política Nacional de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva dos Fitoterápicos, o deputado Fernando Mineiro (PT-RN), defendeu que o Brasil estabeleça objetivos de longo prazo e articule as áreas de saúde, ciência, tecnologia, agricultura e indústria. Para ele, a ausência de uma política integrada impede que iniciativas de pesquisa e produção avancem de forma coordenada.

O parlamentar afirmou que o setor pode gerar empregos, ampliar a participação da indústria nacional e criar oportunidades para agricultores familiares. A proposta também busca incluir mulheres e jovens rurais na cadeia, especialmente nas etapas de cultivo e fornecimento de matéria-prima.

"O Brasil pode vir a ocupar uma posição pioneira no mundo em relação a essa questão. A indústria pode ser de ponta, de grande inovação tecnológica, e pode inclusive exportar e influir no mercado mundial a partir de uma política central. Afinal, 5% daqui a 10 anos não é algo menor; é algo grandioso, da ordem de R$ 10 bilhões", afirmou, citando ainda o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), lançado em abril, pelo governo federal.

A meta nacional é fazer com que os fitoterápicos fabricados no Brasil representem 5% do faturamento total dos medicamentos até 2035. Para alcançar esse patamar, os participantes avaliam que será necessário criar instrumentos de financiamento, fortalecer a indústria e ampliar a presença desses produtos nas políticas públicas de saúde.

Mineiro também ressaltou que o avanço da produção precisa estar associado à qualidade. O cultivo de plantas medicinais e a fabricação de fitoterápicos exigem controle de origem, padronização e cumprimento das exigências sanitárias. Sem esses cuidados, o aumento da oferta não garante segurança nem confiança dos profissionais e pacientes.

Há, ainda, a proposta de criação de uma coordenação de política industrial no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) integrada à estratégia Nova Indústria Brasil (NIB). (**MBG** e **RB**)